

Ministério Público do Paraná expede recomendação administrativa ao IAP para impedir exportação de gado vivo pelo Porto de Antonina

Meio Ambiente

Postado em: 12/07/2019

A 2ª Promotoria de Justiça de Antonina e o Núcleo de Paranaguá do Gaema recomendam ao órgão ambiental estadual a anulação do Protocolo que trata da respectiva autorização (Protocolo 015.877.341-4).

O Ministério Público do Paraná expediu nesta sexta-feira, 12 de julho, recomendação administrativa ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que busca impedir a exportação de gado vivo a partir do Porto de Antonina. No documento, a 2ª Promotoria de Justiça de Antonina e o Núcleo de Paranaguá do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (Gaema) recomendam ao órgão ambiental estadual a anulação do Protocolo que trata da respectiva autorização (Protocolo 015.877.341-4). Ao expedir a recomendação, o MPPR destaca que Porto de Antonina não possui a estrutura e as condições adequadas para esse tipo de movimentação, tampouco as respectivas licenças ambientais, urbanísticas e sanitárias necessárias. Foi concedido prazo de 24 horas para que seja encaminhada informação ao Ministério Público acerca do cumprimento da recomendação. Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação

(41) 3250-4264